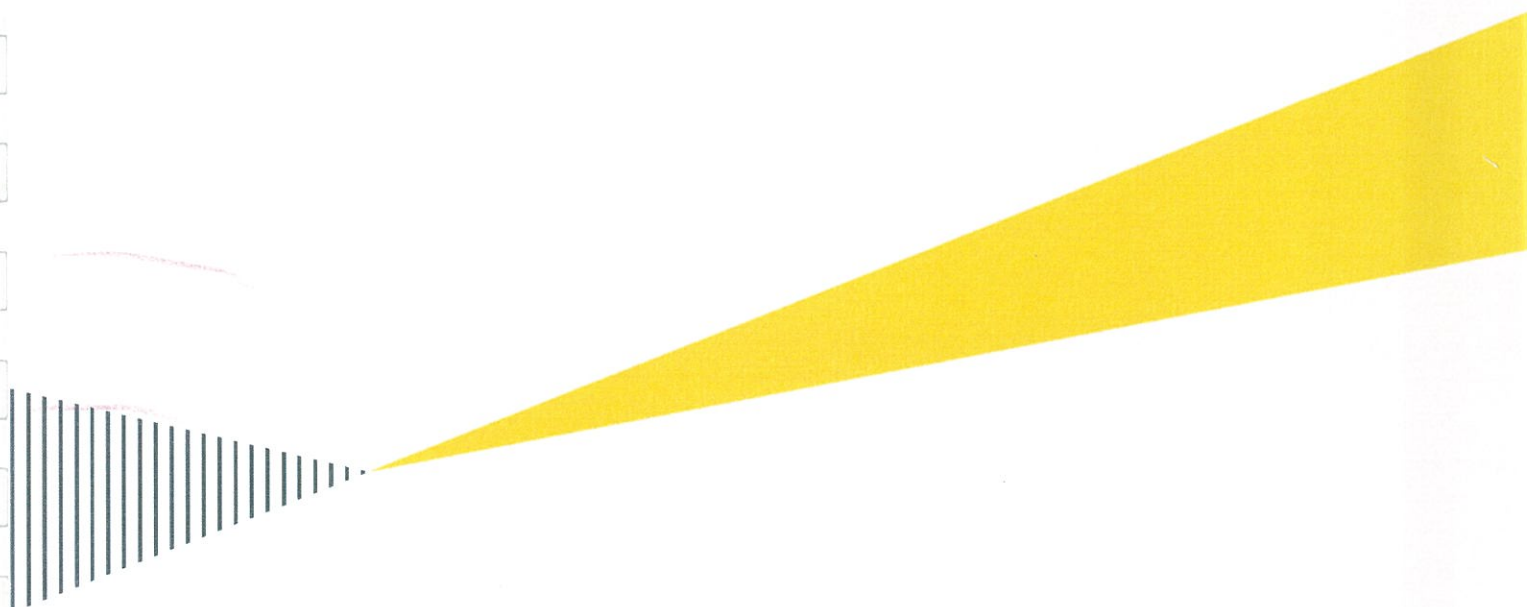


Demonstrações Financeiras

IMOPETRO-IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LDA

31 de Dezembro de 2016



Building a better
working world

IMOPETRO-IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS- 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ÍNDICE

PÁGINAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	1 – 4
BALANÇO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 - 32

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Sócios da

IMOPETRO - IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Imopetro - importadora Moçambicana de Petróleos, Limitada**, (a Empresa), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e a Demonstração dos resultados, relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data, de acordo com Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota introdutória das demonstrações financeiras, a qual refere que, em 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 45/2012 ao abrigo do qual é alterada a estrutura accionista da Empresa, passando a empresa Petróleos de Moçambique (PETROMOC, S.A.) a ter o direito de deter, no mínimo, 51% do Capital social da IMOPETRO, Lda. Contudo, até à data do presente relatório, a referida alteração continua a não se encontrar formalizada.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 15 de Março de 2017

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

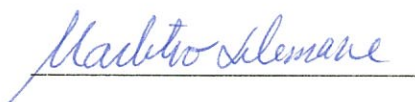
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Meticals)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Notas	31-Dez-2016	31-Dez-2015
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	5	10.927.485	7.507.186
		<u>10.927.485</u>	<u>7.507.186</u>
Activos correntes			
Clientes	6	18.605.266	15.737.683
Outros activos financeiros	7	19.238.517	2.460.725
Outros activos correntes	8	1.920.510	1.084.374
Caixa e bancos	9	22.220.078	25.459.163
		<u>61.984.370</u>	<u>44.741.945</u>
TOTAL DO ACTIVO		72.911.856	52.249.131
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	10	2.266.666	2.266.666
Ações próprias	10	(23.333)	(23.333)
Reservas	10	11.803.262	11.803.262
Resultados transitados	10	12.226.670	11.575.976
Resultados líquido do exercício		2.893.925	650.694
Total do capital próprio		29.167.189	26.273.265
Passivos não correntes			
Empréstimos obtidos	11	1.395.632	2.131.567
		<u>1.395.632</u>	<u>2.131.567</u>
Passivos correntes			
Provisões	12	11.854.980	-
Empréstimos obtidos	11	776.600	702.045
Outros passivos financeiro	13	19.445.923	21.771.678
Outros passivos correntes	14	10.271.532	1.370.576
		<u>42.349.035</u>	<u>23.844.299</u>
TOTAL DO PASSIVO		43.744.667	25.975.866
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		72.911.856	52.249.131

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO


imopetro
Importadora Moçambicana de Petróleos

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

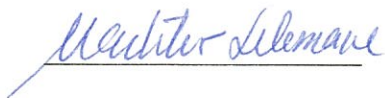
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Notas	2016	2015
Rendimentos			
Prestação de serviços	15	81.654.491	50.587.426
Outros rendimentos operacionais	18	12.038	366.293
		<u>81.666.529</u>	<u>50.953.719</u>
Gastos			
Gastos com o pessoal	16	39.344.679	33.068.599
Fornecimento e serviços de terceiros	17	33.919.826	25.538.549
Amortizações e reintegrações do exercício	5	3.636.612	2.733.096
Ajustamentos de contas a receber - Dentro dos limites fiscais	6	1.150.493	516.606
Reversões do exercício	6	(135.319)	(7.150.640)
Provisões do período	12	11.854.980	-
Outros gastos operacionais	18	686.324	334.306
		<u>90.457.595</u>	<u>55.040.515</u>
Resultados operacionais		<u>(8.791.066)</u>	<u>(4.086.796)</u>
Rendimentos e gastos financeiros	19	14.014.029	7.141.510
Resultado antes do imposto		<u>5.222.963</u>	<u>3.054.714</u>
Imposto sobre o rendimento	20	(2.329.038)	(2.404.019)
Resultado líquido do exercício		<u><u>2.893.925</u></u>	<u><u>650.695</u></u>

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO


imopetro
Importadora Moçambicana de Petróleos

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Bases de preparação	9
2. Principais políticas contabilísticas	10
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	14
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros	15
5. Activos tangíveis	15
6. Clientes	16
7. Outros activos financeiros	17
8. Outros activos correntes	18
9. Caixa e bancos	18
10. Capital próprio	20
11. Empréstimo obtidos	22
12. Provisões	23
13. Outros passivos financeiros	23
14. Outros passivos correntes	24
15. Prestação de serviços	24
16. Custos com o pessoal	25
17. Fornecimentos e serviços de terceiros	26
18. Outros rendimentos e gastos operacionais	27
19. Rendimentos e gastos financeiros	27
20. Imposto sobre o rendimento	28
21. Partes relacionadas	29
22. Compromissos e contingências	31
23. Acontecimentos após a data de balanço	32

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Meticalis)

Nota introdutória

A IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LDA, (doravante designada por IMOPETRO ou Empresa) foi constituída por escritura pública de 5 de Novembro de 1998, sob a forma de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada e tem a sua sede social em Maputo.

Nas suas funções de operadora de importações de produtos petrolíferos, a sociedade regia-se pelo Decreto nº 1/97 de 28 de Janeiro de 1997, ao abrigo do qual a sociedade foi constituída e definia o regime a que ficavam sujeito as actividades de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e a fixação dos seus preços em Moçambique.

Em 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 45/2012 ao abrigo do qual é alterada a estrutura accionista da Empresa, passando a empresa Petróleos de Moçambique (PETROMOC, S.A.) a ter o direito de deter, no mínimo, 51% do capital social da IMOPETRO, Lda.

No âmbito do Decreto nº 45/2012, a Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda), sob supervisão da Comissão de Aquisições de Combustíveis Líquidos (CACL), tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar os planos de aquisição e suas propostas de revisão;
- b) Mobilizar os fundos necessários para cumprimento dos programas de aquisição;
- c) Preparar os cadernos de encargos, lançar os concursos, avaliar as propostas, propor a selecção dos fornecedores, negociar e assinar os contratos para a intermediação financeira das aquisições;
- d) Negociar os termos de utilização dos fundos em moeda externa para pagamento das importações, as cartas de crédito, garantias bancárias e outras operações bancárias necessárias para as importações;
- e) Negociar e contratar os serviços de agentes, operadores de transportes e manuseamento de produtos petrolíferos, de seguradoras, inspectores e despachantes e de quaisquer outras entidades cuja intervenção seja necessária;
- f) Confirmar os embarques e assegurar todas as acções e acompanhamento, desde o ponto de origem até à entrada dos produtos em armazém, procedendo às notificações, avisos e reclamações que se impuserem em cada caso;
- g) Efectuar a coordenação entre as distribuidoras e:
 - (i) as instituições financeiras para efeitos dos pagamentos devidos pelas importações;
 - (ii) as Alfândegas para todos os trâmites relacionados com os despachos dos produtos e os pagamentos das imposições aduaneiras devidas;
 - (iii) quaisquer outras entidades intervenientes nos processos de aquisição para articulação das respectivas acções e pagamentos inerentes.

Cabe ainda a Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda), sob supervisão da Comissão de Aquisições de Combustíveis Líquidos (CACL), o seguinte:

- a) Pesquisar sistematicamente os mercados nacionais e internacionais por forma a manter informações completas e actualizadas sobre os preços internacionais e outros elementos relativos ao fornecimento de produtos petrolíferos, em termos actuais e prospectivos e sobre todos os potenciais fornecedores; Obter periodicamente das distribuidoras as informações necessárias para comprovar as suas quotas de mercado e possíveis necessidades adicionais;
- b) Recolher, compilar e divulgar periodicamente os dados estatísticos específicos respeitantes às aquisições e comercialização por parte de cada distribuidora e sobre os preços internacionais.

A Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda) deve coordenar as aquisições dos montantes em moeda externa que as distribuidoras necessitam para o pagamento das facturas de importação relevantes, junto do banco ou bancos seleccionados para efectuar a intermediação financeira das importações de combustíveis líquidos, ou junto do operador do sindicato bancário respectivo.

A Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda) deve reportar ao Ministério que superintende a área da energia:

- a) Informação sobre as encomendas, certificados de origem e chegada de produtos petrolíferos;
- b) Informações diárias dos preços internacionais;
- c) Informação sobre os pagamentos aos fornecedores; e
- d) Outras informações solicitadas pelo Ministério que superintende a área da energia.

1. Bases de preparação

Em cumprimento do número 2 do artigo 6.º do Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, a IMOPETRO adopta, desde 1 de Janeiro de 2011, o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (abreviadamente designado por PGC-PE).

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2016, foram preparadas em conformidade com o PGC-PE e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas. As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-PE e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-PE exige que a Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da IMOPETRO com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, sendo apresentadas em Meticais, arredondados ao Metical mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em reunião ocorrida em 14 de Março de 2017 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Sócios agendada para 20 de Março de 2017.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela IMOPETRO nas suas operações e demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. No que se refere às quantias a pagar e a receber não correntes, as correspondentes diferenças de câmbio deverão ser reconhecidas nas contas de diferimentos, quando existam expectativas razoáveis de que o ganho ou a perda são reversíveis. Posteriormente, e à medida que os pagamentos ou recebimentos forem realizados, far-se-á a sua transferência para rendimentos ou gastos consoante exista ganho ou perda efectivos.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2016		2015	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Euro	73,77	75,27	48,53	49,51
Dólares Norte Americanos	70,00	71,42	44,40	45,30
Randos Sul Africanos	5,14	5,24	2,85	2,91

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela IMOPETRO no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados; contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a IMOPETRO. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada de acordo com o método das quotas constantes, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

	<u>Taxa anual (%)</u>
Equipamento de transporte	25%
Mobiliário, equipamento administrativo e social	10 - 16,66%
Ferramentas e utensílios	10 - 16,66%

A IMOPETRO efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A Empresa procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Locações

Na determinação de se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para a IMOPETRO todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

d) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a IMOPETRO e podem ser mensurados com fiabilidade.

e) Provisões

A IMOPETRO constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

f) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a IMOPETRO tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

g) Imparidade de itens não monetários

A Empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a IMOPETRO estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a IMOPETRO reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

h) Reconhecimento do rédito

O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados.

i) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A IMOPETRO regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

j) Ajustamentos de contas de activo

Quando se considerar que os activos a seguir identificados estão registados por uma quantia superior ao valor que se espera recuperar, tais activos devem ser reduzidos através dos correspondentes ajustamentos

Créditos de cobrança duvidosa

Quando houver expectativas de que os créditos não serão recebidos, deve ser reconhecido um ajustamento correspondente ao respectivo risco de incobrabilidade.

k) Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

O imposto sobre o rendimento corrente é reflectido nos resultados do exercício.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras da IMOPETRO exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

O PGC-PE estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela IMOPETRO são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A IMOPETRO reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a IMOPETRO efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A IMOPETRO considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes

Vidas úteis dos activos tangíveis

A IMOPETRO reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a IMOPETRO é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Metical)

Impostos

O imposto sobre o rendimento é determinado pela IMOPETRO com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da IMOPETRO durante um período de 5(cinco) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS, IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a IMOPETRO se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2015	Aumentos	Abates/ alienações	Trasferências/ ajustamentos	31-Dez-2016
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento de transporte	9.330.482	6.104.712	(2.106.500)		13.328.694
Mobiliário equipamento administrativo e social	7.029.920	1.398.502	(2.895.161)	-	5.533.261
Ferramentas e Utensílios	8.073	-	-	-	8.073
	16.368.475	7.503.214	(5.001.661)	-	18.870.028
	31-Dez-2015	Amortizações do exercício	Abates/ alienações	Trasferências/ ajustamentos	31-Dez-2016
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Equipamento de transporte	3.539.485	3.049.815	(1.660.198)	-	4.929.102
Mobiliário equipamento administrativo e social	5.313.732	586.797	(2.895.161)	-	3.005.368
Ferramentas e Utensílios	8.073	-	-	-	8.073
	8.861.290	3.636.612	(4.555.359)	-	7.942.542
<i>Valor líquido</i>	7.507.186				10.927.485

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em Meticals)

	31-Dez-2014	Aumentos	Abates/ alienações	Trasferências/ ajustamentos	31-Dez-2015
Custo de aquisição					
Equipamento de transporte	6.920.482	3.330.000	(920.000)	-	9.330.482
Mobiliário equipamento administrativo e social	6.734.559	295.361	-	-	7.029.920
Ferramentas e Utensílios	8.073	-	-	-	8.073
Investimento em curso	-	-	-	-	-
	13.663.114	3.625.361	(920.000)		16.368.475
	31-Dez-2014	Amortizações do exercício	Abates/ alienações	Trasferências/ ajustamentos	31-Dez-2015
Amortizações acumuladas					
Equipamento de transporte	2.295.406	2.164.079	(920.000)	-	3.539.485
Mobiliário equipamento administrativo e social	4.744.715	569.017	-	-	5.313.732
Ferramentas e Utensílios	8.073	-	-	-	8.073
	7.048.194	2.733.096	(920.000)	-	8.861.290
Valor líquido	6.614.920				7.507.185

O aumento na rubrica Equipamento de transporte está relacionado com a aquisição, em regime de locação financeira, de três viaturas marca Nissan Hardbody, com chapas de inscrição AEM 723MP, AEC 990MO e AEW 084MP.

A diminuição na rubrica os equipamento de transporte refere-se ao abate de duas viaturas, de marca Ford Ranger e Toyota Corolla, com as chapas de inscrição, ADC 028 MP e ABX 053 MP, respectivamente.

O aumento ocorrido na rubrica Mobiliário, equipamento administrativo e social refere-se à aquisição de diverso equipamento informático e diverso material de escritório.

6. Clientes

Esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Vidagás	135.319	135.319
Mobil Oil Moçambique	319.180	319.180
Petrolgal de Moçambique, Lda	1.711.500	436.894
PESS Petromoc & Sasal, SARL	509.842	484.140
Exor Petroleum Moçambique, Lda	713.886	692.486
Mocargo	6.121.436	6.121.436
Petromoc, SARL	2.789.532	-
BP Moçambique, Lda	1.704.178	1.677.031
Engen Petroleum Moçambique	-	69.930
Augusta Energy	-	5.089.942
Puma Energy	358.050	974.646
Marlest Cambria	2.369.909	-
Glencore Energy UK Ltd	3.035.631	1.925.457
Total Moçambique, SARL	1.781.924	-
Outros	519.940	261.109
	22.070.326	18.187.569
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(3.465.060)	(2.449.886)
	18.605.266	15.737.683

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento verificado nas perdas por imparidade acumuladas apresenta-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
1 de Janeiro	2.449.886	9.083.920
Reforço	1.150.493	516.606
Reversões de contas a receber	(135.319)	(7.150.640)
31 de Dezembro	3.465.060	2.449.886

7. Outros activos financeiros

O saldo desta rubrica inclui:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
ICOR-Instituto do Coração	500 000	-
Cornelder de Moçambique, SA	-	104.790
João Francisco Macandja	-	397.000
Tribunal Judicial de Nampula	18.604.517	1.922.480
Outros	134.000	36.455
	19.238.517	2.460.725

O saldo a receber do ICOR, corresponde à caução paga pelos serviços de assistência medica e medicamentosa a favor dos colaboradores e familiares segurados.

O saldo do Tribunal Judicial de Nampula, no montante de 18.604.517 Meticais, resulta de penhoras executadas nas contas bancárias da Empresa relacionadas com um processo judicial em curso, envolvendo a Imopetro e G.S. Holdings, Lda. (Nota 22 alínea b).

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em Meticais)

8. Outros activos correntes

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
<u>Estado</u>		
IVA a recuperar	297.695	15.483
	<u>297.695</u>	<u>15.483</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Cartrack, Lda	61.345	63.533
Domus	78.855	67.593
Platts	1.197.031	777.687
Impar Seguro	133.505	93.677
Outros	152.079	66.401
	<u>1.622.815</u>	<u>1.068.892</u>
	<u>1.920.510</u>	<u>1.084.374</u>

9. Caixa e bancos

Caixa e bancos apresentam-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Caixa	27.437	11.606
Depósitos à ordem	19.492.641	23.003.557
Depósitos a prazo	2.700.000	2.444.000
	<u>22.220.078</u>	<u>25.459.163</u>

A rubrica de caixa e bancos por moeda decompõe-se da seguinte forma:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Meticals	13.675.569	4.721.932
Dólares Norte-Americanos	8.544.509	20.737.231
	<u>22.220.078</u>	<u>25.459.163</u>

Os depósitos à ordem decompõem-se da seguinte forma:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
<u>Saldos em moeda nacional</u>		
BCI	11.639.109	1.278.801
Millennium Bim	9.023	2.987.525
	11.648.132	4.266.326
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
BCI	7.844.509	18.737.231
	7.844.509	18.737.231
	19.492.641	23.003.557

A rubrica de depósitos a prazo compreende:

Banco	Conta nº	Moeda	Data de constituição	Data de vencimento	Taxa de Juro	31-Dez-2016	31-Dez-2015
BCI	147003621004	MZM	03-12-2013	02-12-2017	15,00%	2.000.000	2.000.000
BCI	147003621001	USD	13-07-2010	11-07-2017	0,25%	700.000	444.000
						2.700.000	2.444.000

10. Capital próprio

10.1 Capital social

O capital social da IMOPETRO encontra-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes sócios:

	Valor	%
<u>Titular das quotas</u>		
Petrolal de Moçambique, lda	133.333	5,88%
Bp Moçambique, lda	133.333	5,88%
Pess-Petromoc e Sasol, sarl	133.333	5,88%
Shell Moçambique, lda	133.333	5,88%
Engen Petroleum Moçambique	133.333	5,88%
Petromoc-Petroleos de Moçambique	133.333	5,88%
Total Moçambique, Sarl	133.333	5,88%
Petrogas, lda	133.333	5,88%
Boc Gases Moçambique, lda	133.333	5,88%
Vidagas, lda	133.333	5,88%
Ex or Petroleum (moc) lda	133.333	5,88%
Mocacor-distrb.de combustiveis	133.333	5,88%
Mobil oil Mocambique, lda	133.333	5,88%
Sasol oil Mocambique, lda	133.333	5,88%
Ener Invest, sa	133.333	5,88%
IPM-Independent Petroleum Moçambique	133.333	5,88%
Puma Energy	30.000	1,32%
African Petroleum, lda	30.000	1,32%
Glencore Mocambique	30.000	1,32%
Moz Top	20.000	0,88%
Quotas proprios-imopetro lda	23.333	1,03%
	2.266.666	100%

10.2 Quotas próprias

No prosseguimento da deliberação da Assembleia Geral dos sócios da IMOPETRO, em 12 de Dezembro de 2012, a IMOPETRO adquiriu, em 30 de Julho de 2013, pelo seu valor nominal ou seja 133.334 Meticais, a quota que era detida pelo sócio Chevron South Africa (Pty), Ltd.

Em 17 de Setembro de 2013, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio Puma Energy, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 103.334 Meticais em 2013.

Em 9 de Janeiro de 2014, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio, African Petroleum, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 73.334 Meticais.

Em 29 de Janeiro de 2015, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio, Glencore Moçambique, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 43.334 Meticais.

Em 22 de Abril de 2015, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 20.000 Meticais ao novo sócio, Moztop Moçambique, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 23.334 Meticais.

10.3 Mapa de alterações no capital próprio

No exercício ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de Capital próprio:

	Capital	Ações próprias	Reserva legal	Reserva livre	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	2.266.666	(73.334)	826.742	5.116.906	4.162.865	21.046.435	(9.470.459)	23.875.821
Venda de ações próprias	-	50.000	-	-	-	-	-	50.000
Aplicação do Resultado líquido	-	-	-	1.896.749	-	(9.470.459)	9.470.459	1.896.749
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	650.694	650.694
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	2.266.666	(23.333)	826.742	6.813.655	4.162.865	11.575.976	550.694	26.273.265
Venda de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do Resultado líquido	-	-	-	-	-	650.694	(650.694)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.693.925	2.693.925
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2.266.666	(23.333)	826.742	6.813.655	4.162.865	12.226.670	2.833.925	29.167.169

Reserva legal

De acordo com a lei vigente, a Empresa deverá transferir para Reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artigo 444º do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só poderá ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Reserva livre

O saldo desta conta representa o fundo de admissão dos sócios na sociedade IMOPETRO. No exercício corrente foram admitidos os sócios Glencore Moçambique, Lda e Moztop Moçambique, Lda.

Outras reservas

Esta reserva foi construída para fazer face a investimentos futuros na empresa.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral de sócios, realizada em 10 de Agosto de 2016, o resultado do exercício anterior foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

11. Empréstimo obtidos

O saldo da rubrica de Empréstimos obtidos, refere-se às responsabilidades da Empresa com os contratos de Locação financeira relativos à aquisição de três viaturas, nas seguintes condições:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Não correntes	1.395.632	2.131.567
Correntes	776.600	702.045
	2.172.232	2.833.612

Os empréstimos obtidos não correntes detalham-se como segue:

	Data de abertura	Data de vencimento	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Leasing - 14700368595987 - AEM 723 MP	19-01-2015	21-06-2020	399.480	641.131
Leasing - 14700368596043 - AEC 990 MP	19-01-2015	17-08-2017	399.480	641.131
Leasing - 14700369332988 - AEW 084 MP	06-07-2015	29-04-2015	596.672	849.305
			1.395.632	2.131.567

Os empréstimos obtidos correntes são os seguintes:

	Data de abertura	Data de vencimento	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Leasing - 14700368595987	19-01-2015	21-06-2020	256.817	232.403
Leasing - 14700368596043	19-01-2015	17-08-2017	256.817	232.403
Leasing - 14700369332988	06-07-2015	29-04-2015	262.966	237.239
			776.600	702.045

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Meticais)

12. Provisões

O saldo registado na rubrica de Provisões, no montante de 11.854.980 Meticais, está relacionado com um processo judicial em curso envolvendo a Empresa e a G.S. Holdings, Lda. Neste processo, a G.S. Holdings, Lda. reclama o pagamento de custos de atracagem e desatracação do navio Bow Baha, cuja responsabilidade pelo seu pagamento foi assumida pela Imopetro perante os CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique, em carta dirigida a esta entidade, datada de 21 de Fevereiro de 2013 (Nota 22 alínea b).

13. Outros passivos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Adiantamentos de clientes	9.828.664	9.222.385
Outros credores	9.617.259	12.549.293
	19.445.923	21.771.678

O saldo da rubrica de Adiantamento de clientes corresponde aos valores recebidos das empresas gasoleiras para fazer face ao desalfandegamento de processos de importação de combustíveis. No final do ano tinham a seguinte composição:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Engen Petroleum Moçambique	7.808.989	4.255.079
Total Moçambique, SARL	-	2.947.632
AFrox Moçambique, LDA	219.675	219.675
Total Moçambique, Sarl-Adiantamentos	1.800.000	1.800.000
	9.828.664	9.222.385

Outros credores analisam-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Thomas Cooper	-	1.488.561
SGS Moçambique	4.309.990	2.365.288
Martest Cambriam	2.960.400	-
INTERTEK	569.207	-
Trafigura	-	5.089.942
Vitol	-	1.754.733
Trabalhadores	1.245.607	-
Outros	532.055	1.830.769
	9.617.259	12.549.293

14. Outros passivos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
<u>Estado</u>		
IRPC a pagar (Nota 20)	405.822	14.823
Retenções na fonte	125.744	4.000
Taxas liberatórias	5.932.451	-
IRPS	479.782	651.935
Impostos diferidos	595.402	-
INSS	178.697	252.565
	7.717.898	923.323
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
VODACOM, SARL	-	63.438
ISAC Grafica E.I	-	40.950
Cilix Software, Lda	283.889	235.920
kanri Consultoria, Lda	1.809.341	-
Outros	460.404	106.944
	2.553.634	447.252
	10.271.532	1.370.576

15. Prestação de serviços

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2016	2015
Receita de venda - Trânsito (a)	957.086	19.090
Comissão de Operadora (b)	32.954.589	23.750.576
Cadernos de encargos	24.511.716	9.501.999
Receita regularização aduaneira (c)	23.231.099	17.315.760
	81.654.491	50.587.426

- (a) O montante total reconhecido na rubrica receita de venda – trânsito, refere-se às comissões de serviços cobradas pela Empresa no âmbito das operações de produtos petrolíferos em trânsito pelo território nacional. As referidas comissões, resultam da aplicação de um coeficiente de 0.40 sobre as quantidades físicas de produtos manuseados no território nacional.

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Meticalis)

- (b) O montante total reconhecido nesta rubrica refere-se às comissões de serviços cobradas pela Empresa no âmbito das operações de importações de produtos petrolíferos consumidos no território nacional. As referidas comissões resultam da aplicação de um coeficiente de 0.35 sobre as quantidades físicas de combustíveis descarregadas em cada importação e distribuídas às gasolinas.
- (c) O montante total contabilizado na rubrica receita regularização aduaneira refere-se aos montantes cobrados pela Empresa na base do coeficiente de 0.4 sobre as execuções aduaneiras mensais efectuadas a favor das gasolinas.

16. Custos com o pessoal

Esta rubrica inclui:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	23.998.100	21.464.030
Subsídios de Férias	2.022.700	2.127.200
Subsídio de Natal	2.264.283	1.846.295
Contribuições para o INSS	1.287.838	1.075.236
Bónus	5.239.739	2.734.295
Assistência médica	1.302.776	591.010
Alimentação	1.755.159	1.042.856
Formação profissional	978.751	1.326.283
Indemnizações	-	478.395
Outros gastos com o pessoal	495.334	382.998
	39.344.679	33.068.599

O número médio de colaboradores durante o exercício foi de 28 (31 de Dezembro de 2015: 24).

17. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros podem ser analisados como segue:

	2016	2015
Eletricidade	245.686	164.151
Combustível e lubrificantes	802.718	705.219
Material de manutenção e reparação	1.159.677	613.718
Material de escritórios	682.530	493.267
Comunicações	3.936.136	3.523.958
Reandas e alugueres	2.311.756	1.361.328
Assistência técnica	15.171.701	15.195.613
Deslocações e estadias	1.664.320	1.306.538
Despesas de representação	115.636	152.188
Seguros	392.138	118.797
Trabalhos especializados	3.794.069	648.062
Vigilância e segurança	48.680	42.234
Responsabilidade social	937.631	425.000
Outros não discriminados	2.657.148	788.477
	33.919.826	25.538.549

O aumento verificado na rubrica de trabalhos especializados deveu-se aos custos incorridos no âmbito da reestruturação da empresa, consultoria jurídica e subida dos custos na aquisição da informação PLATTS.

18. Outros rendimentos e gastos operacionais

Os outros rendimentos e gastos operacionais apresentam-se como segue:

	2016	2015
<u>Outros Rendimentos</u>		
Abates de activos tangíveis	12.038	70.000
Outros	-	296.293
	<u>12.038</u>	<u>366.293</u>
<u>Outros Gastos</u>		
Abates de activos tangíveis	446.302	-
Direitos aduaneiros	23.740	95.967
Quotizações	106.729	102.758
Impostos	7.150	1.520
Outros	102.403	134.061
	<u>686.324</u>	<u>334.306</u>
	<u>(674.286)</u>	<u>31.987</u>

19. Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos financeiros analisam-se como segue:

	2016	2015
<u>Rendimentos financeiros</u>		
Juro obtidos	1.823.453	242.278
Diferenças de câmbio favoráveis	17.567.925	14.280.161
Restituição de impostos	-	6.356
Outros	3.205	268.449
	<u>19.394.583</u>	<u>14.797.244</u>
<u>Gastos financeiros</u>		
Juros suportados	1.114.595	753.930
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.265.960	5.539.605
Perdas extraordinárias	-	1.362.179
Outros	-	20
	<u>5.380.554</u>	<u>7.655.733</u>
	<u>14.014.029</u>	<u>7.141.510</u>

20. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	5.222.963	3.054.713
<u>A Acrescentar a matéria colectável</u>		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	1.271.898	969.495
Impostos e Encargos por conta	-	343.683
80% de Despesas de Representação	92.509	121.751
50% de Ajudas de custos	90.112	105.592
50% encargos com viaturas	1.069.818	888.275
Diferenças de câmbio não realizadas	1.819.448	173.034
Encargos com viaturas em leasing	532.587	402.812
Encargos sobre responsabilidade de outrem	-	1.873.195
Menos Valias contabilísticas	446.302	-
	5.322.673	4.877.837
	10.545.636	7.932.550
<u>A deduzir à matéria colectável</u>		
Diferenças câmbiais desfavoráveis não realizadas	3.267.393	419.990
Matéria tributável do exercício	7.278.243	7.512.560
Taxa normal de imposto	32%	32%
Imposto (IRPC) apurado	2.329.038	2.404.019
Pagamento por conta	1.923.216	2.389.196
Imposto a pagar (Nota14)	(405.822)	(14.823)

21. Partes relacionadas

As transacções entre as partes relacionadas apresentam-se como segue:

Sócios		Prestação de serviços
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2016	7.159.459
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2015	6.739.220
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2016	17.650.718
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2015	12.275.674
Petrolgal de Moçambique, Lda	31-Dez-2016	7.515.520
Petrolgal de Moçambique, Lda	31-Dez-2015	5.050.265
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	4.166.026
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2015	2.992.289
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2016	7.223.886
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2015	5.889.273
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2016	4.498.737
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2015	3.650.781
Ex or Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2016	28.248
Ex or Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2015	7.923
Ener Investments, SA	31-Dez-2016	91.992
Ener Investments, SA	31-Dez-2015	63.160
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	27.053
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2015	27.224
Puma energy	31-Dez-2016	3.039.163
Puma energy	31-Dez-2015	4.354.034
Petrogas, Lda	31-Dez-2016	183.451
Petrogas, Lda	31-Dez-2015	-
Vidas. Lda	31-Dez-2016	19.444
Vidas, Lda	31-Dez-2015	-
African Petroleum, Lda	31-Dez-2016	139.586
African Petroleum, Lda	31-Dez-2015	-
Glencore Moçambique	31-Dez-2016	55.255
Glencore Moçambique	31-Dez-2015	-

Os saldos entre as partes relacionadas apresentam-se como segue:

<u>Sócios</u>		<u>Clientes</u>	<u>Passivos Financeiros</u>
Mobil	31-Dez-2016	319.179	-
Mobil	31-Dez-2015	319.179	-
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2016	1.704.178	-
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2015	1.677.031	-
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2016	2.789.532	-
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2015	224.856	-
Petrol de Moçambique, Lda	31-Dez-2016	1.711.500	-
Petrol de Moçambique, Lda	31-Dez-2015	436.894	-
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	-	7.808.989
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2015	-	4.255.079
Puma Enegy	31-Dez-2016	580.560	-
Puma Enegy	31-Dez-2015	974.646	-
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2016	1.781.924	1.800.000
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2015	-	4.747.632
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2016	509.842	-
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2015	484.140	-
Vidagás, Lda	31-Dez-2016	135.319	-
Vidagás, Lda	31-Dez-2015	135.319	-
Ex or Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2016	713.886	-
Ex or Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2015	692.486	-
Ener Investments, SA	31-Dez-2016	13.881	-
Ener Investments, SA	31-Dez-2015	5.369	-
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	2.000	-
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2015	-	-
Engen Petroleum SA Pty, Ltd	31-Dez-2016	48.983	-
Engen Petroleum SA Pty, Ltd	31-Dez-2015	69.930	-
Petrogas, Lda	31-Dez-2016	133.401	796.250
Petrogas, Lda	31-Dez-2015	-	-
Glencore Moçambique	31-Dez-2016	18.231	-
Glencore Moçambique	31-Dez-2015	-	-
Moztop	31-Dez-2016	1.288	-
Moztop	31-Dez-2015	-	-
Afrox Moçambique	31-Dez-2016	-	219.675
Afrox Moçambique	31-Dez-2015	-	219.675

		Clientes	Passivos Financeiros
<u>Associados</u>			
Glencore energy UK, Ltd	31-Dez-2016	3.035.631	-
Glencore energy UK, Ltd	31-Dez-2015	1.925.457	-
Glencore Moçambique	31-Dez-2016	-	-
Glencore Moçambique	31-Dez-2015	5.089.942	-
Engen Petroleum SA Ply, Ltd	31-Dez-2016	110.250	-
Engen Petroleum SA Ply, Ltd	31-Dez-2015	69.930	-
Martest Cambriam	31-Dez-2016	2.369.909	-
Martest Cambriam	31-Dez-2015	-	-
Outros	31-Dez-2016	6.139.816	-
Outros	31-Dez-2015	6.130.658	-

Benefícios do pessoal chave de gestão

As remunerações da Administração ascenderam a 6.914.207 Meticais durante o exercício de 2016 (6.605.324 Meticais em 2015).

22. Compromissos e contingências

Compromissos relativamente a locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2016, não existiam compromissos relativos a locações operacionais.

Garantias

a) Garantias bancárias no BCI:

Número da conta	Tipo de conta	Moeda	Saldo 31-12-2016
147003691017	Garantia recebida	MZM	10.000
147003691018	Garantia recebida	MZM	1.070.000
147003691019	Garantia recebida	MZM	1.211.175
147003691020	Penhor do Depósito a prazo	MZM	2.000.000
147003691021	Penhor do Depósito a prazo	MZM	10.000
147003691022	Penhor do Depósito a prazo	MZM	13.040.489

Acções judiciais

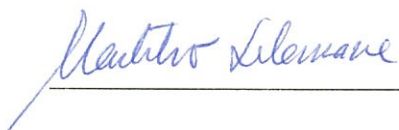
Em 31 de Dezembro de 2016, encontram-se em curso os seguintes processos:

- a) A Imopetro na qualidade de credora, do montante de 7.629.763 Meticais, tem a correr na 2ª Secção Comercial, nº 91/15 G, uma acção judicial, já em fase executiva, por incumprimento de acordo então obtido em audiência de julgamento, contra a Mocargo, SA.;
- b) Na qualidade de devedora, a Imopetro é Ré no auto nº1/16 – Secção Comercial do Tribunal Judicial da Província de Nampula em que é Autora a GS Holding, Lda., reclamando o pagamento do valor de 11.854.980 Meticais. Nesta data, decorrem negociações entre as partes envolvidas no processo, sendo de 10.912.556 Meticais, o valor proposto pela Imopetro para pagamento à Autora, entendendo-se que o remanescente, no valor de 942.424 Meticais, destinar-se-á à cobertura de custas judiciais do processo. No entanto, em 31 de Dezembro de 2016, o Tribunal Judicial da Província de Nampula, encontra-se na posse de 18.604.517 Meticais, na sequência de vários ofícios de penhora executados nas contas bancárias da Empresa, nomeadamente no Millennium Bim 5.749.537 Meticais e no BCI 12.854.980 Meticais. O contrato de transacção, ainda em negociação, prevê a realização dos pagamentos através dos valores penhorados da seguinte forma: i) 10.912.556 Meticais a favor do Autor do processo; ii) 57.576 Meticais referentes aos honorários do advogado; e iii) o remanescente de 7.634.385 Meticais devolvidos à Imopetro (Notas 7 e 12).

23. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a IMOPETRO que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



